

F. Ciências Sociais Aplicadas - 5. Direito - 13. Direito

Estudo sobre o cumprimento das Leis Federais e Estaduais que tratam sobre acessibilidade de portadores de necessidades especiais – um estudo sobre a infra-estrutura para cadeirantes em escolas da rede pública, no município de Ribeirão Vermelho no sul de Minas Gerais.

Pedro Henrique Fonseca Pereira⁰¹

Prof. Dr. Marcelo Márcio Romaniello⁰¹

1. Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS

RESUMO:

As condições de acessibilidade em ambientes físicos podem facilitar, para que a inclusão social ocorra. No meio escolar, nos deparamos com muitas escolas que ainda não estão adaptadas para receberem alunos portadores de necessidades especiais, apesar de existirem diversas normas sobre esse tema. O direito de acessibilidade é, uma materialização do direito constitucional de igualdade. Previsto na Constituição de 1988, a igualdade é a regra mestra a todo o direito à inclusão social do portador de necessidades especiais. Atualmente, a educação visa a inclusão a todos, inclusive para aqueles que possuam uma deficiência. Com a inclusão educacional, as escolas devem respeitar a diversidade, e possibilitar a todos o acesso. Com relação ao acesso físico que as escolas devem oferecer, pode-se considerar o direito de locomoção dos alunos, em toda a escola e, para isto, devem oferecer condições de acessibilidade físicas, criando condições para acesso, permanência e acessibilidade física adequada. Esse estudo visa verificar o cumprimento das normas que tratam desse assunto e identificar os maiores problemas com relação a esta acessibilidade.

Instituição de Fomento: CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Palavras-chave: Legislação, Acessibilidade, Escolas.